



TRT da 15ª Região
Campinas
1986 - 2026



RELATÓRIO DE DESEMPENHO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2025

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ana Paula Pellegrina Lockmann

Presidente do Tribunal

Helcio Dantas Lobo Junior

Vice-Presidente Administrativo

Wilton Borba Canicoba

Vice-Presidente Judicial

Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Corregedor Regional

Edison dos Santos Pelegrini

Vice-Corregedor Regional

Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Diretor da Escola Judicial

Eleonora Bordini Coca

Vice-Diretora da Escola Judicial

Edmundo Fraga Lopes

Ouvidor

Rosemeire Uehara Tanaka

Vice-Ouvidora

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

Desembargador Edmundo Fraga Lopes (Presidente)

Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Desembargador Fábio Grasseli

Desembargador Eder Sivers

Desembargadora Eleonora Bordini Coca

Desembargador Luis Henrique Rafael

Desembargadora Adriene Sidnei de Moura David

Representante da magistratura do 1º grau: Juíza Rosana Nubiato Leão (titular indicada pela AMATRA XV) e Juíza Maria Lúcia Ribeiro Morando (suplente)

Representante dos servidores: José Aristéia Pereira (indicado pelo Sindiquinze)

COMITÊ DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE

PORTARIA GP Nº 09/2025

Desembargador Marcos da Silva Pôrto

Coordenador

Sofia Lima Dutra

Juíza Substituta

Iara Cristina Gomes

Assessora de Gestão Estratégica

Ana Maria da Silva Oliveira

Assessora da Escola Judicial

Roberto Torres Babini

Coordenador de Comunicação Social

Helen da Silva Paes de Souza

Coordenadora de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade

Elisa Beatriz Livoratti da Rosa Moura

Chefe da Divisão de Governança de Contratações
e de Obras

Arthur Ronan de Almeida Alves

Representante da Seção de Patrimônio

Luiz Alexandre Lins Bianchini

Representante da Seção de Suprimentos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU	8
EIXOS DO PLS	9
EIXO 01: USO EFICIENTE DE INSUMOS, MATERIAIS E SERVIÇOS	10
EIXO 02: ENERGIA ELÉTRICA	19
EIXO 03: ÁGUA E ESGOTO	22
EIXO 04: GESTÃO DE RESÍDUOS	25
EIXO 05: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	28
EIXO 06: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA	32
EIXO 07: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS	35
EIXO 08: OBRAS DE REFORMAS E LAYOUTS	40
EIXO 09: EQUIDADE E DIVERSIDADE	42
EIXO 10: AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	44
EIXO 11: DESCARBONIZAÇÃO	55
ANEXO	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região apresenta o Relatório Anual de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), instrumento que sistematiza as ações executadas e os resultados obtidos no exercício de 2025, em consonância com as diretrizes de governança e responsabilidade socioambiental.

A Corte tem intensificado a gestão responsável de recursos, a redução dos impactos ambientais e o fortalecimento da cultura da sustentabilidade. Essas iniciativas são conduzidas de forma articulada pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho, pelo Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade e pela Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica, assegurando a integração da pauta ambiental ao planejamento e à execução das políticas institucionais.

O ano de 2025 reafirmou o compromisso do TRT-15 com os princípios do Pacto Global da ONU e com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse período, a Instituição elaborou e publicou seu quarto inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), seguindo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Com o Plano de Descarbonização 2025-2026, o Regional segue ampliando suas metas de eficiência, geração de energia limpa e compensação de emissões, reafirmando seu compromisso com o clima, o trabalho digno e o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à energia elétrica, houve avanço na transição para fontes limpas. Foram instaladas microusinas fotovoltaicas em Varas do Trabalho como Rio Claro e São João da Boa Vista, que produzem energia solar e geram créditos para compensar o consumo de outras unidades.

Também foram substituídas as lâmpadas fluorescentes por LED e instalados sensores de presença em prédios da sede e das circunscrições, o que tem proporcionado redução expressiva no consumo de energia elétrica.

Está em fase final o processo de migração para o Mercado Livre de Energia, iniciativa que objetiva ampliar o uso de fontes renováveis e reduzir custos operacionais.

Na área de mobilidade, o TRT-15 iniciou renovação da frota com veículos híbridos, buscando reduzir o consumo de combustíveis fósseis e as emissões diretas de gases de efeito estufa. O Tribunal igualmente incentiva o uso de etanol como opção mais sustentável.

As iniciativas institucionais contemplam, ainda, a gestão de resíduos e a promoção da economia circular, assegurando a destinação de 100% dos recicláveis da sede a cooperativas de catadores, por meio da coleta seletiva municipal, o que contribui para a inclusão social e a geração de renda.

Em 2025, o TRT-15 também aderiu ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estimula práticas alinhadas aos princípios ESG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Durante o 25º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, realizado em agosto, foram distribuídas 1.000 mudas de árvores nativas – 500 de ipê e 500 de pitanga – como parte das medidas de sensibilização e compensação ambiental, incentivando a preservação e o engajamento da comunidade jurídica.

Em outubro, a presidente assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério das Comunicações, durante o evento “Sustentabilidade e Inclusão Digital: Mutirão Pré-COP30”, em Brasília. O acordo ampliou o Programa "Computadores para Inclusão", que promove educação, sustentabilidade e inclusão digital por meio da doação e recondicionamento de equipamentos eletrônicos. Na ocasião, foram doadas 40 toneladas de bens ao

Desafio Sumaúma Digital, iniciativa do Governo Federal que busca arrecadar 200 toneladas de resíduos eletrônicos em 30 dias, até a COP30. Pela contribuição — equivalente a cerca de 25% da meta nacional — o Regional recebeu o Selo de "Apoiador do Desafio Sumaúma COP30", concedido pelo Ministério das Comunicações.

Em novembro, foram realizadas duas relevantes ações de destinação de processos para reciclagem. A primeira ocorreu em 5/11, quando foram doadas 33 toneladas de papel à Cooperativa de Trabalho de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de Nova Odessa (Coopersonhos), entidade sem fins lucrativos. Todo o material foi triturado mecanicamente, conforme critérios de sustentabilidade social, ambiental e econômica. A segunda ação foi concluída em 26/11, com a destinação de mais 30 toneladas de autos findos para reciclagem, novamente em parceria com a Coopersonhos, como parte da política institucional de gestão documental. A medida ganha ainda maior relevância no contexto pós-COP30, que reforçou globalmente a urgência de fortalecer práticas de economia circular e de gestão ambiental em larga escala, nos setores público e privado.

Essas e outras medidas evidenciam o comprometimento institucional com a sustentabilidade, contribuindo de forma concreta para o fortalecimento de uma Justiça do Trabalho mais eficiente, responsável e alinhada às metas globais de desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o presente relatório atende às disposições da Resolução CNJ nº 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, ao demonstrar o desempenho anual dos indicadores do Plano de Logística Sustentável, suas metas correspondentes e as ações previstas para o exercício de 2025, com indicação expressa do respectivo estágio de execução. Os resultados obtidos no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS) ao longo do exercício de 2025 são detalhados nas seções subsequentes.

ALINHAMENTO DO PLS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O Plano de Logística Sustentável (PLS) encontra-se diretamente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), reafirmando o compromisso da administração pública com práticas responsáveis, eficientes e ambientalmente adequadas. As ações previstas no PLS contribuem de maneira efetiva para diversos ODS, especialmente os relacionados ao consumo e à produção responsáveis (ODS 12), à energia limpa e acessível (ODS 7), à ação frente à mudança do clima (ODS 13) e à inovação e infraestrutura sustentáveis (ODS 9).



No âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região destaca-se por seu protagonismo institucional, sendo a primeira corte trabalhista a tornar-se signatária do Pacto Global da ONU, iniciativa que estimula organizações de todo o mundo a adotar políticas alinhadas aos princípios universais de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Dessa forma, este Plano de Logística Sustentável consolida-se como instrumento estratégico de gestão, promovendo a integração entre eficiência administrativa, responsabilidade socioambiental e os compromissos internacionais assumidos pelo Tribunal em consonância com os ODS da ONU.

EIXOS DO PLS

Indicadores do Plano de Logística Sustentável

Resolução CNJ 400/2021 e posteriores alterações (Res. CNJ 550/2024 e 594/2024)

- **EIXO 1:** Uso Eficiente dos materiais, insumos e serviços
- **EIXO 2:** Energia Elétrica
- **EIXO 3:** Água e Esgoto
- **EIXO 4:** Gestão de Resíduos
- **EIXO 5:** Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- **EIXO 6:** Sensibilização e Capacitação Contínua
- **EIXO 7:** Deslocamento de Pessoal, Bens e Materiais
- **EIXO 8:** Obras de Reformas e Leilante
- **EIXO 9:** Equidade e Diversidade
- **EIXO 10:** Aquisições e Contratações Sustentáveis
- **EIXO 11:** Descarbonização



CONSUMO DE PAPEL

Eixo 1: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços

Descrição	Mede o consumo de resmas de papel
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de resmas de papel
Unidade Responsável	Coordenadoria de Material e Logística
Periodicidade	Mensal

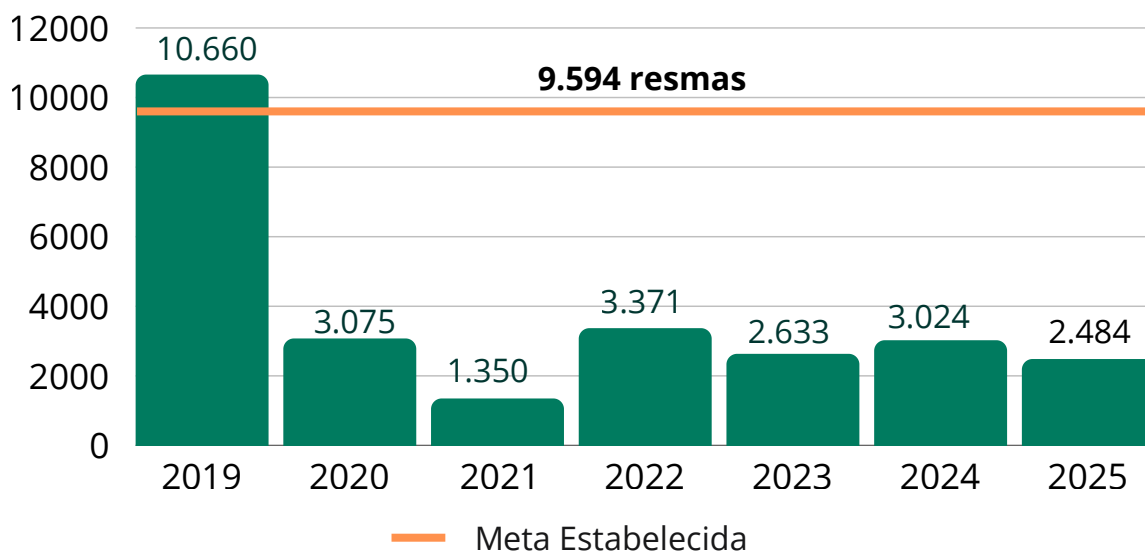
META: Reduzir o consumo de papel em 10% até dezembro de 2026, tendo o ano de 2019 como base de comparação.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem apresentando significativa redução no consumo de papel, passando de 10.660 resmas em 2019 para 2.484 em 2025. A adoção do trabalho remoto, especialmente durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021, foi um dos principais fatores que contribuíram para essa diminuição.

A tabela a seguir apresenta a evolução histórica das despesas, em Reais, com a aquisição de papel próprio.

Evolução Histórica Anual – Gastos em Reais (R\$) com papel próprio						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
146.333	43.091	19.027	38.451	39.093	45.722	37.508

Os dados demonstram avanço relevante no alcance da meta de redução do consumo de papel próprio, conforme ilustrado no gráfico a seguir, em resmas utilizadas.



Em 2025, a redução alcançou 76,7%, demonstrando o compromisso do TRT-15 com a sustentabilidade ambiental e a melhoria contínua da eficiência operacional.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

- Campanhas de conscientização voltadas à redução do consumo de papel, destacando-se o projeto de padronização de impressoras, que prevê redução desses equipamentos em 40% nas futuras aquisições;
- Monitoramento contínuo do consumo e realização de estudos para manter as reduções obtidas em anos anteriores, com foco na diminuição da distribuição de papel às unidades do Tribunal;
- Incentivo ao uso da impressão frente e verso, por meio de campanhas internas de sensibilização;
- Adoção de práticas de compras públicas sustentáveis, em conformidade com as políticas nacionais, considerando critérios de sustentabilidade nas aquisições de papel e produtos relacionados.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Eixo 1: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços

Descrição	Mede o consumo de copos descartáveis para água e café
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de copos descartáveis
Unidade Responsável	Coordenadoria de Material e Logística
Periodicidade	Mensal

META: Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019

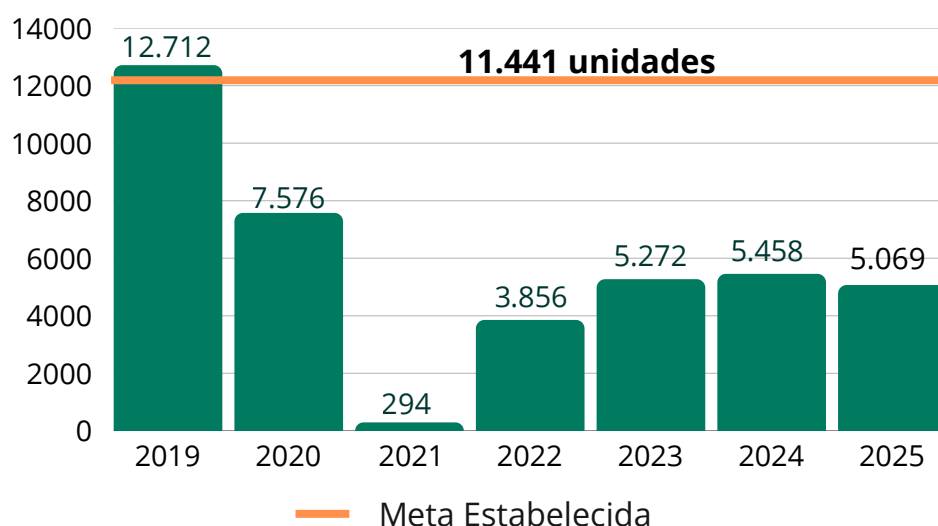
A análise do consumo de copos descartáveis evidencia variações importantes nos últimos anos. A evolução histórica dos gastos, em Reais, com a aquisição desses materiais é apresentada a seguir:

Evolução Histórica Anual - Gastos em Reais (R\$) com Copos Descartáveis						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0	17.869	675	8.209	13.111	15.277	29.139

Ressalta-se que o estoque de 2024 foi adquirido por valor menor que o de 2025, cujo preço mais que dobrou. Assim, a diferença de gasto entre os anos decorre da substituição do estoque, e não do aumento do consumo.

Quanto ao consumo, foram utilizadas 12.712 unidades em 2019, número que caiu para 7.576 em 2020, e 294 em 2021, influenciado pela adoção do trabalho remoto e pela redução dos atendimentos presenciais durante a pandemia.

Com a retomada das atividades, registrou-se recuperação em 2022, com 3.856 unidades consumidas, seguida de aumento em 2023, totalizando 5.272, em cenário de normalização. Em 2024, o consumo alcançou 5.458 copos e, em 2025, foi de 5.069:



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações desenvolvidas ao longo de 2025, sem custos adicionais, foram as seguintes:

- Realização de estudos anuais voltados à formação de parcerias e à aquisição de novas canecas e garrafas reutilizáveis, substituindo unidades extraviadas e ampliando a distribuição para mais servidores e prestadores de serviços, com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis; ✓
- Análise do consumo de copos descartáveis por unidade, com proposição de melhorias, incluindo estudos de viabilidade para substituições e instalação de novos bebedouros; ⚠
- Promoção de campanhas de conscientização e incentivo ao uso de copos e garrafas reutilizáveis no ambiente de trabalho. ✓



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA

Eixo 1: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços

Descrição	Mede o consumo de garrafas descartáveis de água mineral
Fórmula de Cálculo	Quantidade consumida de garrafas plásticas descartáveis de água mineral
Unidade Responsável	Setor de Copa
Periodicidade	Mensal

META: Reduzir o consumo de água envasada em embalagem plástica em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019

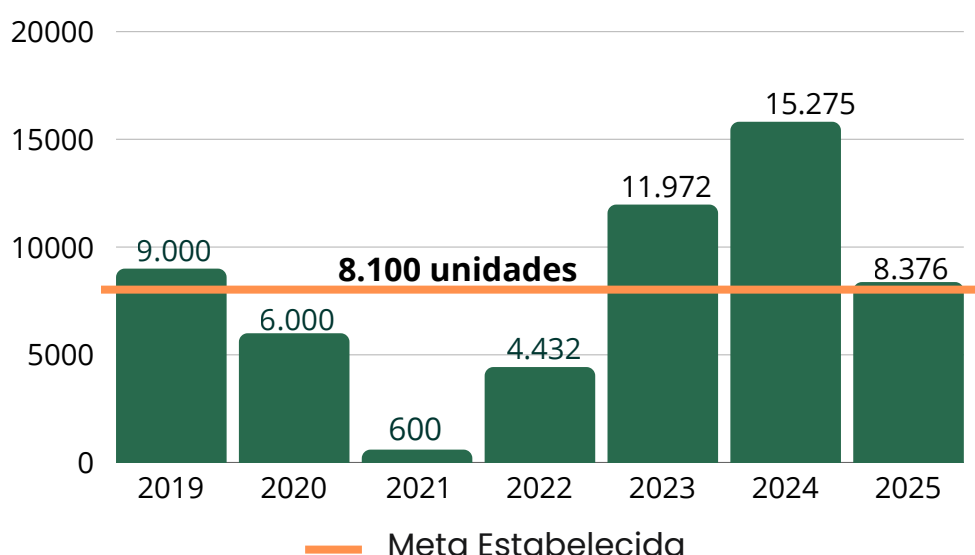
A análise do consumo de garrafas de água envasada evidencia variações significativas nos últimos anos, o que também se reflete nos gastos correspondentes, conforme demonstrado na evolução histórica a seguir:

Evolução Histórica Anual – Gastos em Reais (R\$) com água envasada						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
4.125	2.750	570	7.787	14.400	17.443	20.628

Ao longo dos últimos anos, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem adotando medidas estruturadas voltadas à racionalização do consumo de recursos e ao fortalecimento de práticas sustentáveis no âmbito institucional. Em 2019, o consumo de garrafas de água envasada foi de 9.000 unidades, reduzindo-se para 6.000 em 2020, em razão das adaptações decorrentes da pandemia da COVID-19, que resultaram na ampliação do trabalho remoto e na diminuição das atividades presenciais.

Em 2021, o consumo diminuiu de forma expressiva, alcançando apenas 600 unidades, como reflexo direto das restrições sanitárias e do uso reduzido das instalações físicas. Nos anos seguintes, com a retomada gradual das atividades presenciais, foram registradas 4.432 unidades em 2022, 11.972 em 2023 e 15.275 em 2024, acompanhando a completa normalização da rotina institucional.

No exercício de 2025, foram utilizadas 8.376 garrafinhas, número que representa queda expressiva em comparação ao ano anterior. Tal resultado decorreu de campanhas internas de conscientização promovidas pela Administração, incentivando magistradas(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) a adotarem alternativas reutilizáveis e a evitarem o uso de embalagens plásticas descartáveis, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.



 **Meta não alcançada**

No segundo semestre de 2024, a Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade (CSAI) desenvolveu o projeto “Redução do Consumo de Água Envasada no TRT-15” (Proad nº 17203/2024), com o objetivo de diminuir o uso de garrafas plásticas descartáveis no âmbito do Tribunal.

Para o ano de 2026, a Excelentíssima Desembargadora Presidente determinou a suspensão da compra de garrafas plásticas no âmbito deste Regional, medida que consolida a política institucional de redução de resíduos e reforça o compromisso do Tribunal com a gestão ambiental responsável. A decisão evidencia liderança e engajamento da alta administração na implementação de ações concretas voltadas ao uso racional de recursos, à diminuição de impactos ambientais e ao alinhamento do Tribunal às boas práticas de governança sustentável na Administração Pública.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Durante o ano de 2025, foram mantidas ações de conscientização sem custos adicionais, com foco na redução do consumo de água envasada. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- Campanhas de incentivo ao uso de canecas reutilizáveis distribuídas pelo Regional; 
- Promoção do uso de utensílios próprios, reutilizáveis e duráveis, por meio de campanhas internas; 
- Continuidade do projeto “Redução do Consumo de Água Envasada no TRT-15” (Proad nº 17203/2024); 
- Manutenção preventiva dos purificadores de água, garantindo seu pleno funcionamento e a higienização adequada dos filtros, com o objetivo de reduzir a necessidade de utilização de garrafas plásticas descartáveis. 



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



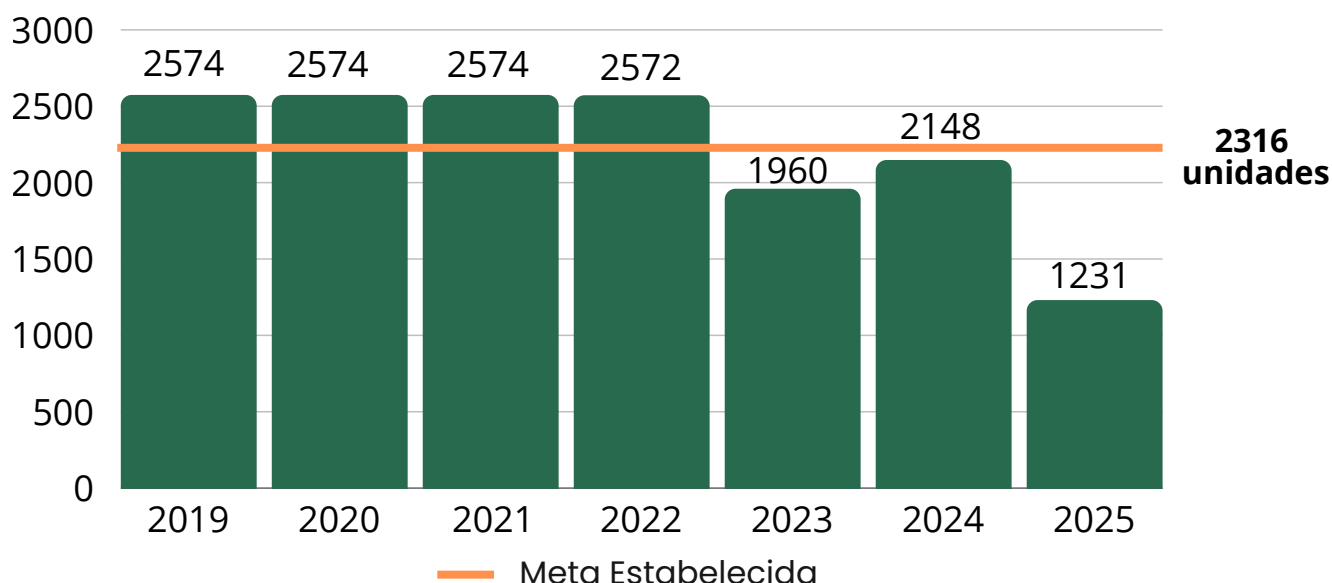
IMPRESSÕES

Eixo 1: Uso Eficiente de Insumos, Materiais e Serviços

Descrição	Mede a quantidade de equipamentos de impressão instalados
Fórmula de Cálculo	Quantidade de equipamentos de impressão instalados, próprios ou locados
Unidade Responsável	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Periodicidade	Anual

META: Reduzir a quantidade de equipamentos de impressão instalados em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019.

A análise do indicador de impressões demonstra expressiva racionalização da quantidade de equipamentos de impressão ao longo dos últimos anos. Após um período de estabilidade entre 2019 e 2021, com 2.574 impressoras, e leve variação em 2022 (2.572 unidades), verificou-se retração acentuada em 2023, quando o total passou para 1.960 equipamentos. Em 2024, registrou-se um ajuste pontual para 2.148 impressoras, seguido de nova e relevante diminuição em 2025, alcançando 1.231 unidades. Esse resultado confirma o alcance da meta estabelecida e evidencia uma gestão cada vez mais eficiente, orientada à racionalização de recursos e à sustentabilidade.



Considerando a meta definida no PLS de reduzir em 10% o número de equipamentos de impressão até dezembro de 2026, tendo como referência o ano de 2019, observa-se que o TRT-15 conseguiu otimizar a quantidade de equipamentos, alcançando uma diminuição de 52,2%.



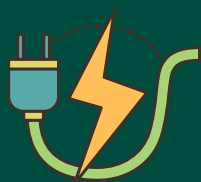
ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2025, foram adotadas as seguintes medidas:

- racionalização do número de equipamentos de impressão em uso; ✓
- realização de ações de conscientização acerca do uso responsável do papel e do compartilhamento de impressoras, com inclusão do tema no calendário socioambiental para ampliar sua divulgação. ✓

Para fins de apuração, consideraram-se apenas os equipamentos ativos, excluindo-se aqueles em processo de baixa ou armazenados para descarte definitivo.

Concluída
 Em andamento
 Não realizada
 Não iniciada



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Eixo 2: Energia Elétrica

Descrição	Mede o consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária
Fórmula de Cálculo	Energia elétrica consumida em KWh
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Mensal

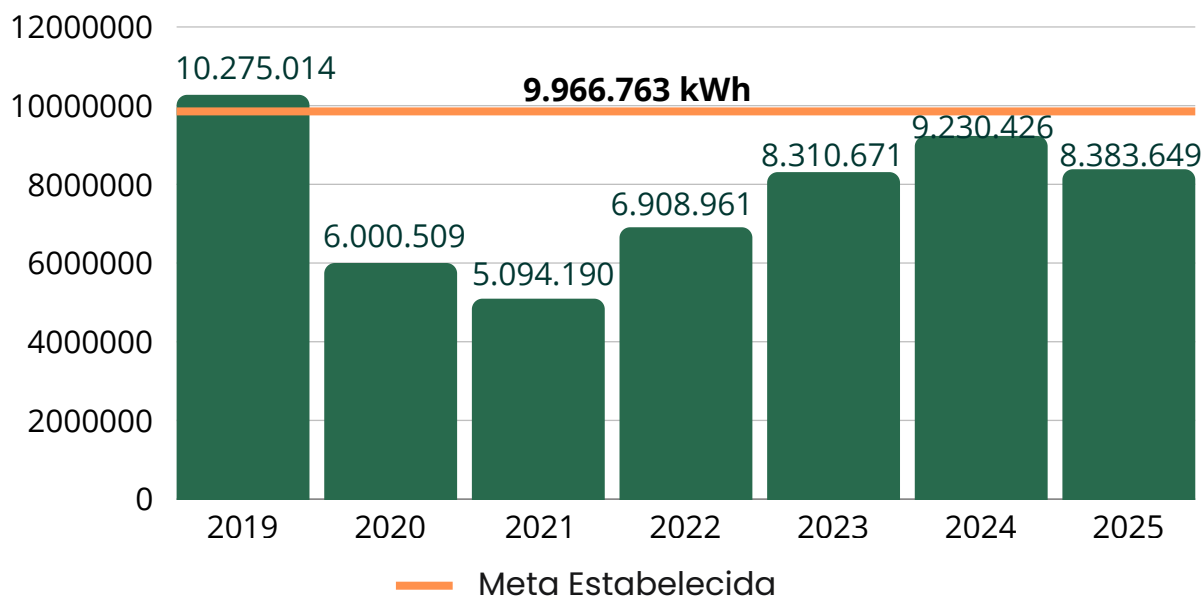
META: Reduzir o consumo de energia elétrica em 3% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019

O consumo de energia elétrica apresenta uma tendência contínua de redução nos últimos anos, e a evolução das respectivas despesas em Reais pode ser observada na tabela a seguir:

Evolução Histórica Anual - Gastos em Reais (R\$) com energia elétrica						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
7.271.411	4.416.928	4.420.869	5.683.963	7.017.525	8.107.565	7.438.350*

*Dados atualizados até 10/02/2026.

Em 2019, o consumo de energia elétrica foi de 10.275.014 kWh. Com a implementação do trabalho remoto e a diminuição dos atendimentos presenciais durante a pandemia, esse volume caiu significativamente para 6.000.509 kWh em 2020 e 5.094.190 kWh em 2021. Em 2022, registrou-se aumento para 6.908.961 kWh, seguido por novo crescimento em 2023, com 8.310.671 kWh, e em 2024, com 9.230.426 kWh. Contudo, em 2025 observa-se decréscimo para 8.383.649 kWh*. A evolução dessa trajetória pode ser visualizada no gráfico a seguir:



*Dados atualizados até 10/02/2026.

A meta de redução prevista representa um desafio relevante, mas os dados demonstram um avanço consistente nessa direção. Destaca-se que, a partir de 2023, o consumo passou a refletir a realidade pós-pandêmica, sem a influência do trabalho remoto e das medidas de distanciamento social.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações implementadas ao longo de 2025, sem custos adicionais, que contribuíram para a estabilização do consumo de energia foram:

- Realização de manutenção preventiva nas instalações elétricas, com diagnóstico e correções voltadas à redução do consumo; 
- Manutenção do funcionamento de elevadores inteligentes e sensores de presença em áreas de circulação; 
- Execução do projeto “Racionalização do Consumo de Energia no TRT-15 e Proposta de Ajuste no Funcionamento do Ar-Condicionado” (Proad nº 9617/2025). 

As iniciativas que demandaram investimento incluíram:

- Manutenção e aquisição de equipamentos mais modernos e eficientes, especialmente aparelhos de ar-condicionado e outros eletroeletrônicos, em conformidade com as normas técnicas; 
- Implementação de medidas voltadas à eficiência energética, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por modelos de LED, a instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia solar e a adoção de outras tecnologias sustentáveis. 



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



CONSUMO DE ÁGUA

Eixo 3: Água e Esgoto

Descrição	Mede o consumo total de água fornecida pela concessionária
Fórmula de Cálculo	Quantidade de água consumida em m³
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Mensal e Anual

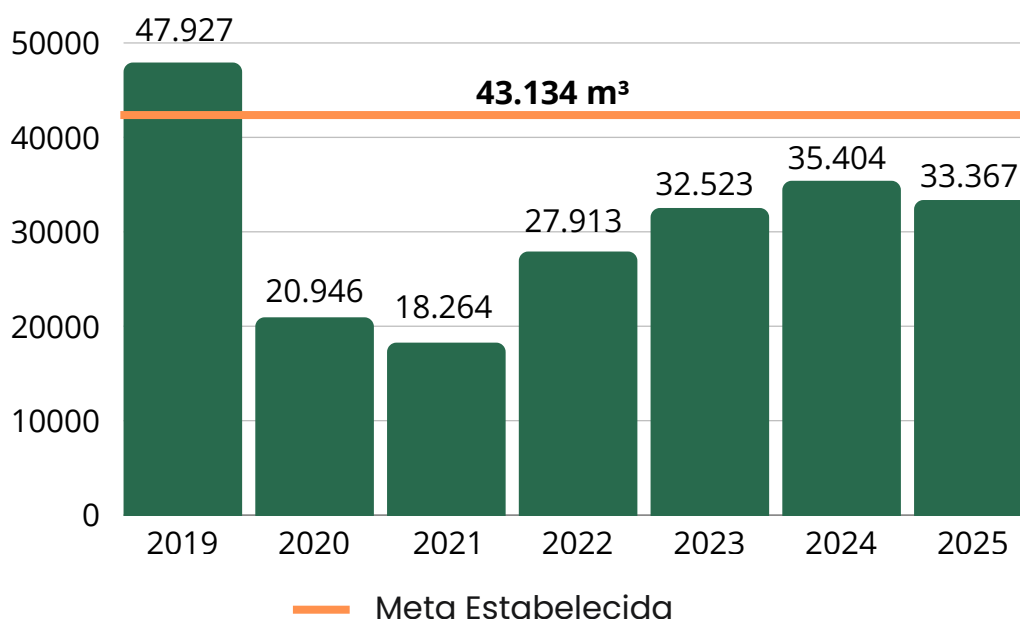
META: Reduzir o consumo de água em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019

O consumo de água apresenta uma tendência de redução nos últimos anos, e o respectivo gasto pode ser observado na tabela abaixo, que mostra a evolução histórica anual:

Evolução Histórica Anual – Gastos em Reais (R\$) com água						
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1.414.159	596.750	534.013	969.733	1.282.428	1.363.319	1.394.202*

*Dados atualizados até 10/02/2026.

Em 2019, o consumo de água foi de 47.927 m³, seguido por uma redução significativa nos anos de 2020 e 2021, quando atingiu 20.946 m³ e 18.264 m³, respectivamente – reflexo do trabalho remoto e da diminuição dos atendimentos presenciais durante a pandemia. Em 2022, o consumo subiu para 27.913 m³ e manteve tendência de alta em 2023, alcançando 32.523 m³. Já em 2024, registrou-se 35.404 m³, enquanto em 2025 houve queda para 33.367 m³*, conforme demonstra o gráfico a seguir:



*Dados atualizados até 10/02/2026.

A meta de reduzir em 10% o consumo de água até dezembro de 2026, tendo 2019 como base, representa um desafio, mas os dados evidenciam um compromisso concreto do TRT-15, pois a diminuição proposta vem sendo efetivamente alcançada.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As seguintes ações foram implementadas em 2025, sem custos adicionais, com o objetivo de reduzir o consumo de água:

- Campanhas de conscientização sobre o uso racional da água; 
- Manutenções preventivas nas instalações hidráulicas, com monitoramento regular e ajustes para evitar desperdícios; 
- Instituição de um plano de inspeções periódicas em todos os hidrômetros, a fim de identificar defeitos ou falhas de leitura; 
- Substituição de descargas e torneiras por modelos mais eficientes, equipados com dispositivos economizadores; 
- Monitoramento contínuo do consumo de água nas unidades, visando detectar e corrigir consumos acima da média. 



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

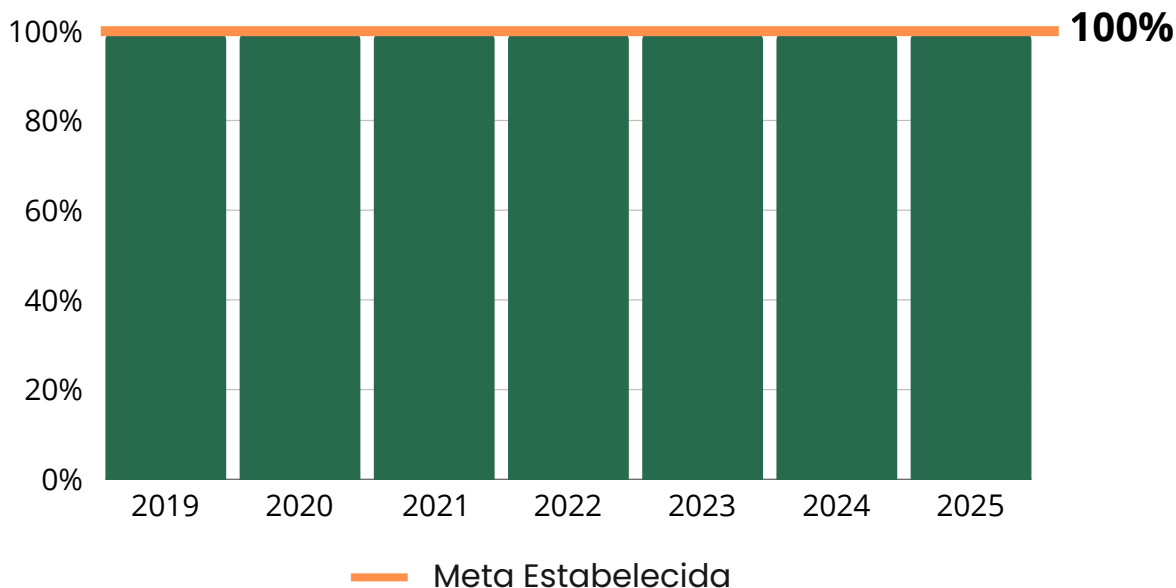


DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Eixo 4: Gestão de Resíduos

Descrição	Mede a quantidade de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou entidades similares da Sede Judiciária
Fórmula de Cálculo	Quantidade de papel, plástico, metal, vidros e derivados destinados à reciclagem
Unidade Responsável	Coordenadoria de Manutenção
Periodicidade	Mensal e Anual
META: Manter em 100% a destinação dos resíduos recicláveis da Sede Judiciária às cooperativas de catadores ou a entidades similares.	

O indicador de destinação de resíduos sólidos evidencia o comprometimento do Tribunal com práticas sustentáveis. Entre 2019 e 2025, foi alcançada integralmente a meta do PLS de destinar 100% dos resíduos recicláveis a cooperativas de catadores, demonstrando a efetividade das ações implementadas, conforme demonstra o gráfico:



A destinação de 100% dos resíduos recicláveis a cooperativas de catadores reduz o impacto ambiental, estimula a economia circular e promove a inclusão social. Esse resultado é fundamental para a Corte, pois demonstra seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Além de gerar benefícios ambientais e sociais para a sociedade, a manutenção dessa meta reforça a posição de destaque do Tribunal como referência em práticas sustentáveis, inspirando outras instituições e contribuindo para um futuro mais equilibrado e consciente.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Para manter a meta de 100% de destinação adequada dos resíduos recicláveis, foram desenvolvidas em 2025 as seguintes ações, sem custos:

- Realização de campanhas de conscientização sobre a destinação correta de resíduos; ✓
- Manutenção da destinação adequada dos resíduos na Sede Judiciária, com proposta de ampliação para as demais unidades, por meio de estudos de viabilidade; 🔄
- Instituição do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), consolidando as diretrizes e práticas de gestão sustentável. ✓



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

AÇÃO REALIZADA EM 2025

- TRT-15 destina mais de 60 toneladas de processos para reciclagem, beneficiando famílias da Coopersonhos de Nova Odessa



O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região deu continuidade, no mês de novembro, à sua política de gestão documental sustentável, promovendo a destinação ambientalmente adequada de autos de processos findos. Ao todo, 63 toneladas de documentos foram encaminhadas para reciclagem, na unidade de Arquivo localizada no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, em parceria com a Cooperativa de Trabalho de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de Nova Odessa (Coopersonhos).

A iniciativa integra as ações permanentes voltadas à racionalização do acervo documental, à preservação ambiental e ao fortalecimento da economia circular, com geração de trabalho e renda para cooperativas de reciclagem. Somente na etapa concluída em 26 de novembro, foram destinadas 30 toneladas de documentos, somando-se às 33 toneladas encaminhadas anteriormente, no dia 5 de novembro, no mesmo local.



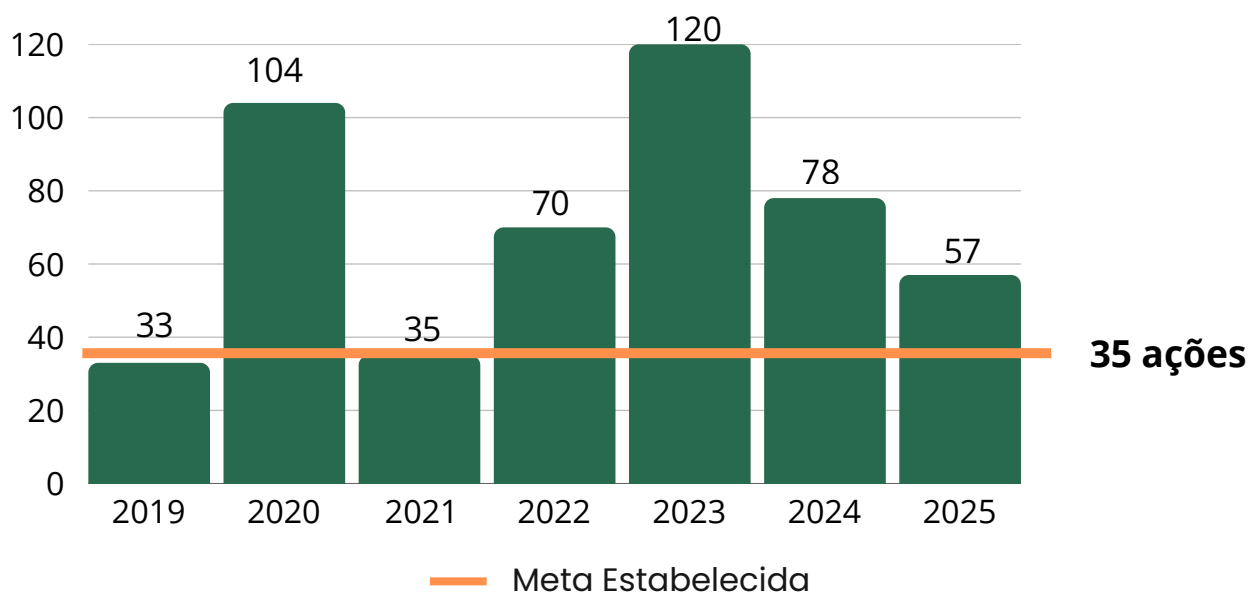
AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA, SÓLIDÁRIAS E DE INCLUSÃO

Eixo 5: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Descrição	Mede a quantidade de ações de acessibilidade e inclusão, qualidade de vida e solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.
Fórmula de Cálculo	Quantidade de ações de acessibilidade e inclusão, qualidade de vida e solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.
Unidade Responsável	Secretaria de Saúde e Escola Judicial
Periodicidade	Anual

META: Promover pelo menos 35 ações no total, somadas as de Qualidade de Vida no trabalho, as Solidárias e as de Inclusão até dezembro de 2026

Entre 2019 e 2025, o TRT-15 reafirmou seu compromisso com a promoção da qualidade de vida, da solidariedade e da inclusão, o que pode ser observado na quantidade de ações desenvolvidas nesse período, conforme ilustrado:



A meta é realizar, até dezembro de 2026, pelo menos 35 ações anuais voltadas à Acessibilidade e Inclusão, Qualidade de Vida no Trabalho e Solidariedade. A participação nessas iniciativas contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário, além de reforçar o compromisso do Tribunal com a valorização das pessoas e o bem-estar coletivo. Essas ações evidenciam o papel do Regional como agente de transformação social e de promoção da responsabilidade institucional.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Para superar a meta estabelecida, o TRT-15 comprometeu-se a desenvolver as seguintes ações:

- Promover continuamente cursos, palestras, seminários e eventos voltados à qualidade de vida e à inclusão social; ✓
- Incentivar a participação de magistradas(os) e servidoras(es) em campanhas solidárias, assegurando a continuidade de iniciativas como a Campanha do Agasalho e o Natal Solidário. ✓



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NA TEMÁTICA EM 2025

TRT-15 promove seminário sobre segurança e saúde do trabalhador na era digital



Abril Verde: Segurança e saúde do trabalhador são debatidas em seminário na EJud-15



TRT-15 promove Semana Nacional de Enfrentamento ao Assédio



TRT-15 promove evento com destaque para boas práticas no mercado de trabalho



EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NA TEMÁTICA EM 2025

Incentivo à participação na Olimpíada Nacional do Judiciário Federal

Como exemplo de ação voltada à promoção da qualidade de vida, o TRT-15 incentivou em 2025 a participação na 22ª Olimpíada Nacional do Judiciário Federal, realizada entre 19 e 26 de setembro em Foz do Iguaçu/PR, sendo uma forma de contribuir para prática esportiva e fortalecer laços internos. O Tribunal formalizou esse compromisso por meio do Ato Regulamentar GP nº 021/2024, que dispõe sobre a liberação de magistrados e servidores para participarem da competição, considerando a importância do evento para reduzir o absenteísmo e melhorar a qualidade de vida dos participantes. A delegação do TRT-15 apresentou crescimento expressivo em relação ao ano anterior, passando de 15 para 35 integrantes, que conquistaram um total de 23 medalhas — sendo 6 de ouro, 7 de prata e 10 de bronze — e ainda trouxeram um troféu de ouro na modalidade ciclismo e um troféu de prata no beach tennis, competindo em provas como atletismo, natação, ciclismo, pesca esportiva. O desempenho destacado evidencia o impacto positivo do incentivo institucional à participação em eventos esportivos, que promovem saúde, espírito de equipe e integração.





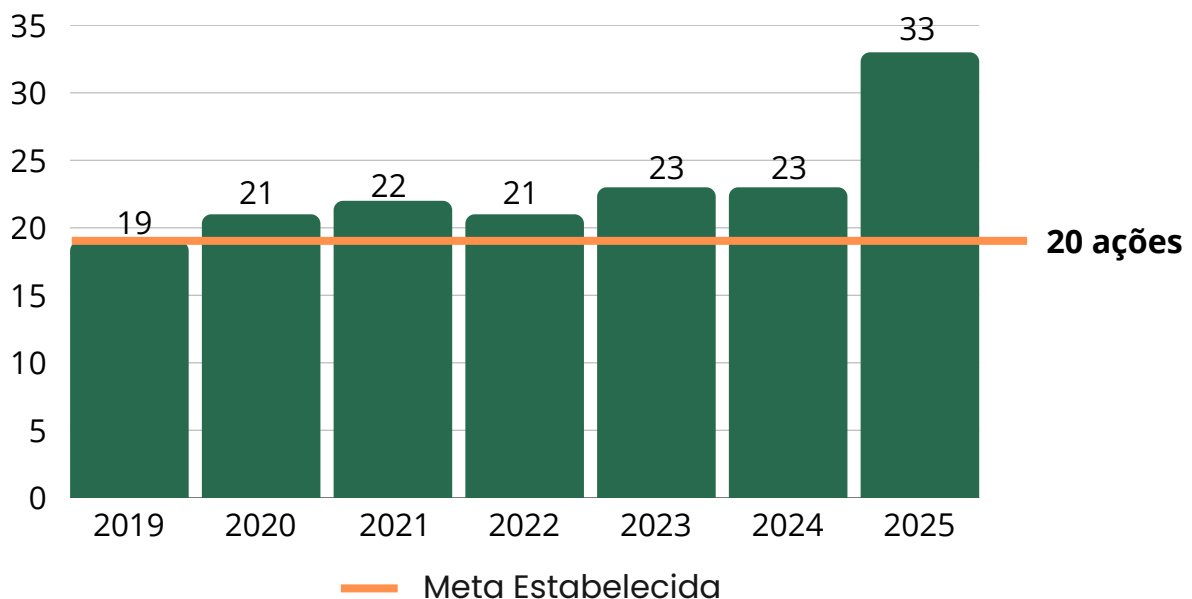
AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Eixo 6: Sensibilização e Capacitação Contínua

Descrição	Mede a quantidade de ações de sensibilização e capacitação contínua oferecidas pelo órgão na temática da sustentabilidade
Fórmula de Cálculo	Total de ações de sensibilização e capacitação contínua
Unidade Responsável	Escola Judicial e Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade
Periodicidade	Anual

META: Promover pelo menos 20 ações anuais de sensibilização e capacitação contínua relacionadas à sustentabilidade até dezembro de 2026.

A análise das ações de sensibilização e capacitação contínua promovidas na área da sustentabilidade demonstra um compromisso com a conscientização e o desenvolvimento de seu corpo funcional. Essas iniciativas têm sido essenciais para consolidar uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade, promovendo a adoção de práticas mais responsáveis, tanto no ambiente de trabalho quanto na vida cotidiana. O gráfico a seguir apresenta o número de ações realizadas anualmente:



A meta de realizar pelo menos 20 ações anuais foi superada entre 2020 e 2025, evidenciando o comprometimento com a formação contínua de seu quadro. Essas iniciativas também têm sido fundamentais para a disseminação de valores sustentáveis, gerando impactos positivos que se estendem para além da instituição e beneficiam a sociedade como um todo.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 incluíram:

- Promoção de cursos, eventos e palestras sobre sustentabilidade, com o objetivo de ampliar o conhecimento e estimular práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. 
- Divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, por meio da continuidade da oferta de cursos na modalidade EAD, fortalecendo a compreensão e o engajamento em torno dos ODS. 
- Manutenção do Calendário Socioambiental, com a produção de *banners* e textos informativos sobre o uso racional de recursos — como água, energia e papel — e sobre temas sociais e ambientais relevantes. 



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NA TEMÁTICA EM 2025

CALENDÁRIO SOCIOAMBIENTAL

O Calendário Socioambiental reúne as principais datas ligadas a temas sociais e ambientais, com a divulgação de textos e *banners* publicados no *site* institucional e no perfil do Tribunal no Instagram. Ao abordar essas temáticas ao longo do ano, o calendário estimula a reflexão contínua e o engajamento em ações de preservação dos recursos naturais, valorização do meio ambiente e promoção de práticas sustentáveis. Além de reforçar a importância do cuidado ambiental, ele serve como um lembrete permanente da responsabilidade compartilhada de todos na construção de um futuro mais sustentável e de uma consciência coletiva voltada ao bem-estar do planeta e à melhoria da qualidade de vida.



TRT-15 distribui 1.000 mudas durante o 25º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho



COP30 e Inclusão Digital: TRT-15 assina termo de cooperação com Ministério das Comunicações e recebe selo de Apoiador do Desafio Sumaúma





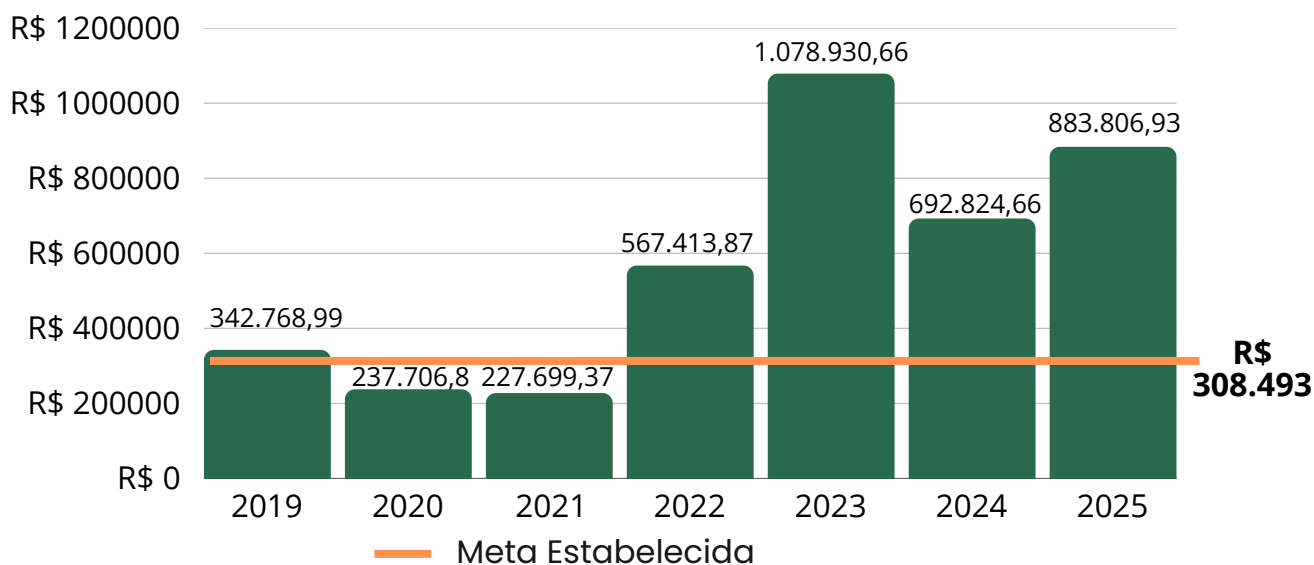
VEÍCULOS

Eixo 7: Deslocamento de Bens, Pessoal e Material

Descrição	Mede a despesa realizada com o serviço de manutenção dos veículos do órgão
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com o serviço de manutenção dos veículos
Unidade Responsável	Seção de Transportes
Periodicidade	Anual

META: Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10% até dezembro 2026, tomando como base no ano de 2019

Os gastos com manutenção de veículos registraram um aumento expressivo nos últimos anos, passando de R\$ 342.768,99 em 2019 para R\$ 883.806,93 em 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



O TRT-15 conta com uma frota de 104 veículos, que percorreu uma média mensal de 160.843 quilômetros em 2025. Esse aumento reflete a maior demanda por serviços de transporte e a consequente necessidade de investimentos em manutenção para garantir o pleno funcionamento da frota.

Considerando a meta de reduzir as despesas em 10% até dezembro de 2026, em relação ao ano de 2019, é fundamental adotar medidas que revertam o aumento dos custos, a exemplo da melhora já observada entre 2023 e 2024.

Para alcançar esse objetivo, recomenda-se uma análise detalhada das despesas, com foco na otimização de recursos e na eficiência operacional, tais como:

- Aprimorar os programas de manutenção preventiva, garantindo maior durabilidade e desempenho da frota;
- Negociar com fornecedores, buscando melhores condições na aquisição de peças e serviços;
- Investir na capacitação de motoristas, promovendo práticas de condução econômica e preservação dos veículos.

Essas medidas contribuem diretamente para reduzir o desgaste da frota e, conseqüentemente, diminuir os custos de manutenção, fortalecendo a gestão sustentável dos recursos públicos.





ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações realizadas ao longo de 2025, que não geraram custos adicionais, foram as seguintes:

- Estabelecimento de intervalos sustentáveis entre as lavagens dos veículos oficiais; 
- Proposta de redução da frota ociosa, com a realização de leilões para otimizar o uso dos veículos; 
- Ampliação do número de saídas pré-programadas, promovendo maior eficiência operacional; 
- Capacitação dos condutores em boas práticas de direção e condução defensiva, conforme o plano de reciclagem periódica; 
- Análise do dimensionamento da frota, com o objetivo de avaliar seu tamanho ideal e adequação às demandas do Tribunal. 

Como a meta de diminuição de despesas ainda não foi atingida, a Corte realizará uma avaliação das causas e proporá novas ações para 2026, visando aprimorar o desempenho e a eficiência neste indicador.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



COMBUSTÍVEIS

Eixo 7: Deslocamento de Bens, Pessoal e Material

Descrição	Mede o total de combustível consumido pelo órgão
Fórmula de Cálculo	Total de combustível consumido (etanol, gasolina e diesel) pelo órgão em litros
Unidade Responsável	Seção de Transportes
Periodicidade	Anual

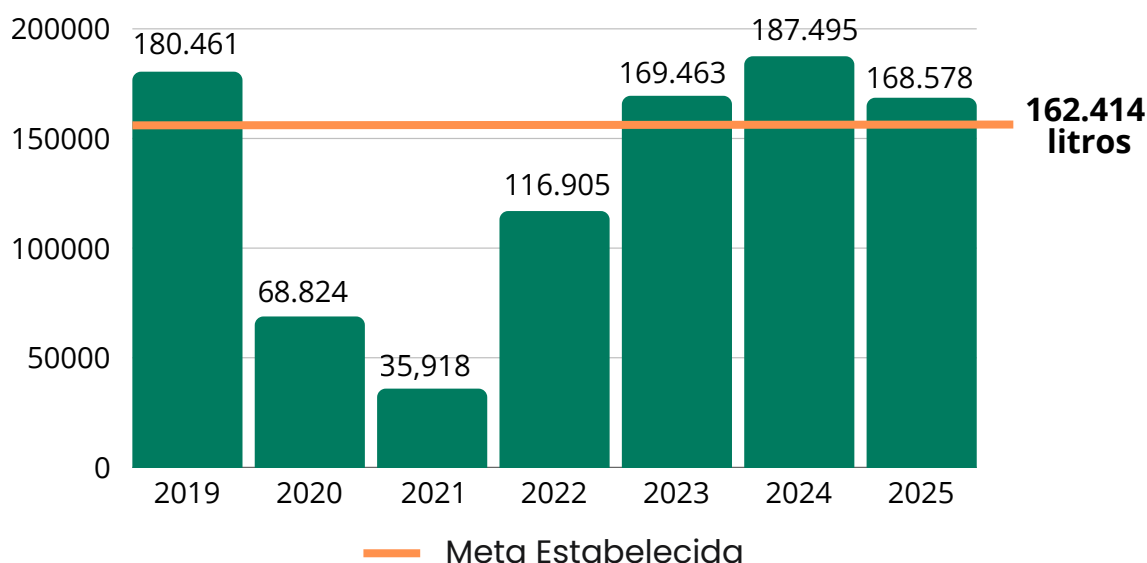
META: Reduzir o consumo de combustível em 10% até dezembro de 2026, tendo como referência o ano de 2019

O consumo de combustível apresentou variações ao longo dos últimos anos, com redução significativa durante o período pandêmico de 2020 e 2021, quando as atividades presenciais foram amplamente substituídas pelo trabalho remoto. Após atingir seu menor nível em 2021, o consumo voltou a crescer gradualmente em 2022, 2023, 2024 e 2025 acompanhando a retomada das atividades presenciais. Em 2025, as despesas do Tribunal com combustíveis somaram R\$ 916.113,46.

As oscilações no gasto com combustíveis (etanol, gasolina e diesel), bem como no consumo em litros, podem ser observadas na tabela de evolução histórica e no gráfico a seguir, que evidenciam a correlação entre o aumento da demanda presencial e o uso dos veículos oficiais:

Evolução Histórica Anual – Gastos em Reais (R\$) em combustíveis

2021	2022	2023	2024	2025
176.217	564.491	900.499	961.527	916.113



A meta foi atingida nos anos de 2020, 2021 e 2022, em razão das restrições de mobilidade decorrentes do isolamento social. Já em 2023, 2024 e 2025, com a retomada total das atividades presenciais, verificou-se um aumento na demanda por transporte e, conseqüentemente, no consumo de combustíveis.



Meta não alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

A ação iniciada em 2023 e mantida em 2024 e 2025 consistiu em priorizar o uso de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis, como o etanol, para deslocamentos de até 200 km por trecho. Somente para distâncias maiores, o abastecimento pode ser realizado com gasolina. 🔄

Para 2026, estão previstas novas medidas com o objetivo de reduzir o consumo de combustíveis e alcançar a meta estabelecida.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



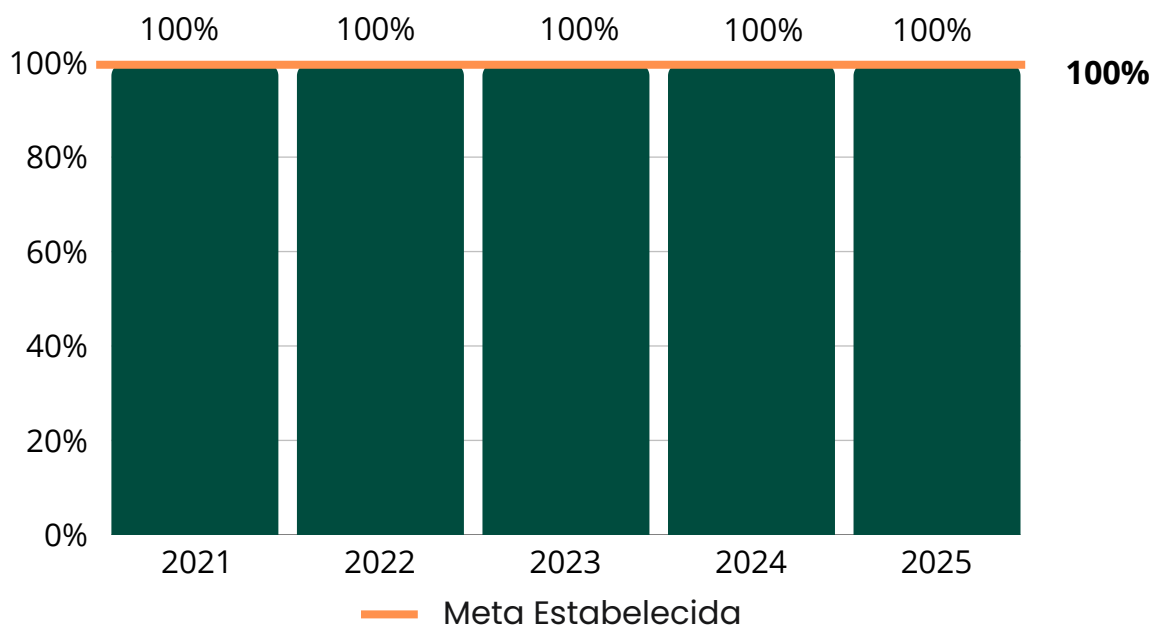
REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Eixo 8: Obras de Reformas e *Layouts*

Descrição	Mede o percentual de contratações de reformas ou mudanças de <i>layouts</i> com observância dos critérios de sustentabilidade
Fórmula de Cálculo	Quantidade de contratos realizados com observância dos critérios de sustentabilidade
Unidade Responsável	Coordenadoria de Projetos e Obras
Periodicidade	Anual

META: Manter a observância dos critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos de reforma ou mudanças de *layouts*

A análise do indicador de reformas e construções do TRT-15, que busca garantir a adesão de 100% dos contratos aos critérios de sustentabilidade, demonstra um desempenho exemplar, mantido de forma consistente entre 2021 e 2025. Esse resultado positivo decorre da aplicação contínua do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, que orienta a inclusão de práticas sustentáveis nos contratos de reforma e readequação de *layouts*. Tal diretriz é fundamental para assegurar que as obras e intervenções realizadas estejam alinhadas aos princípios da sustentabilidade, promovendo eficiência energética, redução de resíduos e uso responsável dos recursos naturais.



A preservação dessa meta reafirma o compromisso socioambiental institucional e contribui para o fortalecimento da imagem do órgão, além de viabilizar a geração de benefícios econômicos sustentáveis no longo prazo.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Para alcançar a meta de 100%, o Tribunal adota o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho em todos os contratos de reforma ou adaptação de *layout*. 

Além disso, como parte de uma ação permanente, são implementados procedimentos voltados à minimização da geração de resíduos, priorizando práticas de prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Dessa forma, o Regional assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos e fortalece a adoção de práticas sustentáveis em suas obras e reformas. 

 Concluída
  Em andamento
  Não realizada
  Não iniciada



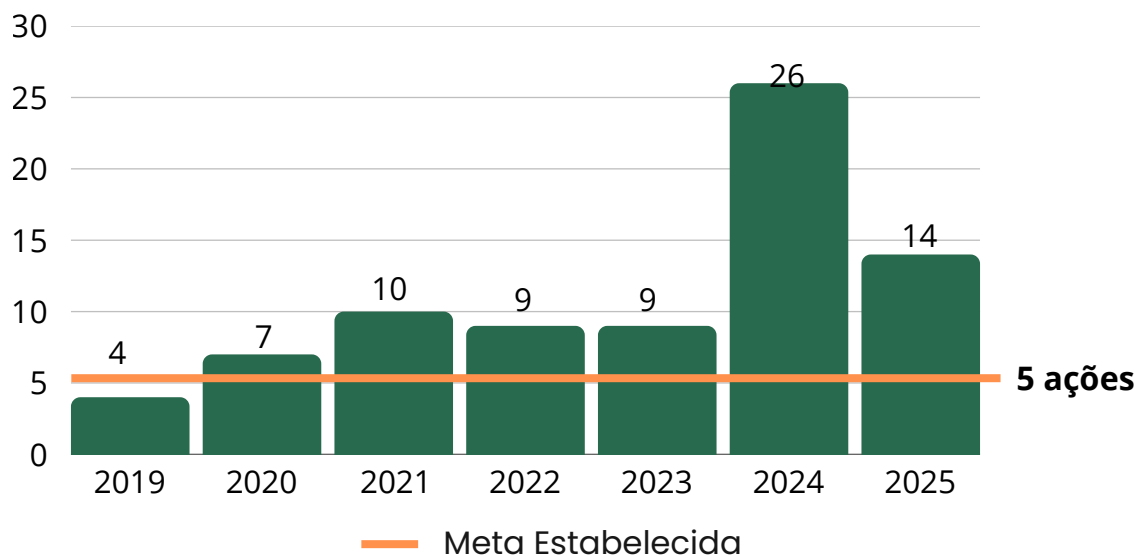
AÇÕES DE EQUIDADE E DIVERSIDADE

Eixo 9: Equidade e Diversidade

Descrição	Mede a quantidade de ações ofertadas na temática da equidade e da diversidade.
Fórmula de Cálculo	Quantidade de ações realizadas na temática da equidade e da diversidade para Magistradas(os), Servidoras(es) e colaboradoras(es).
Unidade Responsável	Escola Judicial
Periodicidade	Anual

META: Promover pelo menos 5 ações anuais na temática da equidade e da diversidade até dezembro de 2026

A implementação de ações voltadas à equidade e à diversidade é fundamental para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo, representativo e justo. Além de promover justiça social, a valorização da diversidade amplia a troca de ideias, perspectivas e experiências, resultando em decisões mais abrangentes e eficazes. Essas iniciativas fortalecem a cultura organizacional e estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). O gráfico a seguir apresenta o número de ações desenvolvidas desde 2019 para o fortalecimento dessa agenda:



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Para atingir a meta estabelecida, a Corte definiu como ação a continuidade da oferta de cursos, palestras, seminários e eventos voltados à promoção da equidade e da diversidade, fortalecendo o compromisso institucional com um ambiente de trabalho mais inclusivo e plural. ✓



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

EXEMPLOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NA TEMÁTICA EM 2025

Especialistas debatem sobre os direitos das mulheres e os desafios para a igualdade de gênero em Seminário na EJud-15



TRT-15 promove seminário sobre inclusão LGBTQIAPN+ na Justiça do Trabalho





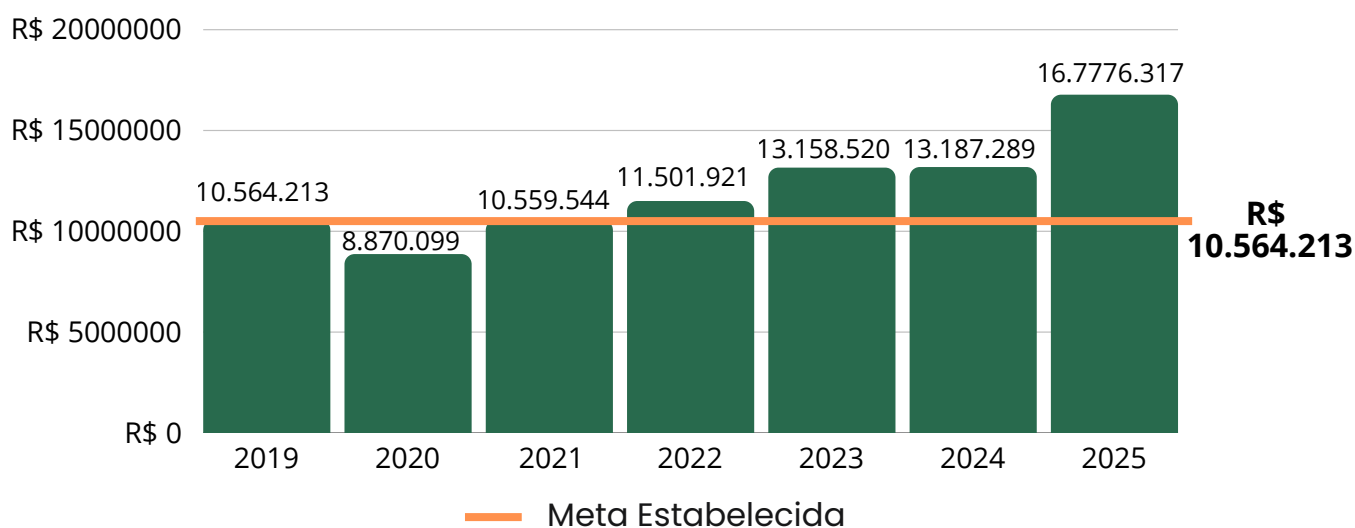
LIMPEZA

Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

Descrição	Mede a despesa com o serviço de limpeza
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Anual

META: Manter as despesas com contratos de limpeza até dezembro 2026, com base no ano de 2019.

A análise das despesas com serviços de limpeza evidencia variações nos anos subsequentes a 2019, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Esse indicador é de grande relevância, pois possibilita a avaliação da eficácia de suas políticas de gestão de custos, identifica oportunidades de otimização e garante o cumprimento das metas orçamentárias definidas.



A meta é manter as despesas com contratos de limpeza até dezembro de 2026, tomando como referência o ano de 2019. Em 2020, observou-se uma redução de 16,04%, possivelmente influenciada pelos efeitos da pandemia. Já em 2021, os gastos retornaram a níveis próximos aos de 2019, indicando uma tendência de estabilização.

Nos anos seguintes, registrou-se um aumento progressivo: 8,88% em 2022, 24,56% em 2023 e 24,83% em 2024, em comparação a 2019. Em 2025, os gastos foram de R\$ 16.777.317, um aumento de 58,8% em relação ao ano-base.

Diante desse cenário de crescimento, recomenda-se avaliar medidas de racionalização e eficiência, como a revisão e eventual renegociação contratual, a realização de novas licitações para obtenção de propostas mais vantajosas e a adequação dos serviços de limpeza às reais demandas de cada unidade. Igualmente, mostra-se relevante estimular práticas sustentáveis capazes de gerar economia e mitigar impactos ambientais.

Por fim, deve-se considerar o efeito da inflação sobre os custos contratuais, fator que pode ter contribuído significativamente para o aumento das despesas no período.



Meta não alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2025, foram executadas duas ações relacionadas ao indicador:

- Observância dos critérios de sustentabilidade na aquisição de produtos de limpeza, em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (CSJT); 
- Inclusão, nos editais de contratação de empresas de limpeza, da exigência de utilização de materiais de baixo impacto ambiental. 

Essas iniciativas, contínuas e sem custo para o órgão, reforçam o compromisso do Tribunal com práticas sustentáveis. No entanto, como a meta não foi alcançada, será conduzida uma análise das possíveis causas e avaliada a implementação de novas ações voltadas à melhoria do desempenho do indicador e ao fortalecimento da sustentabilidade institucional.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

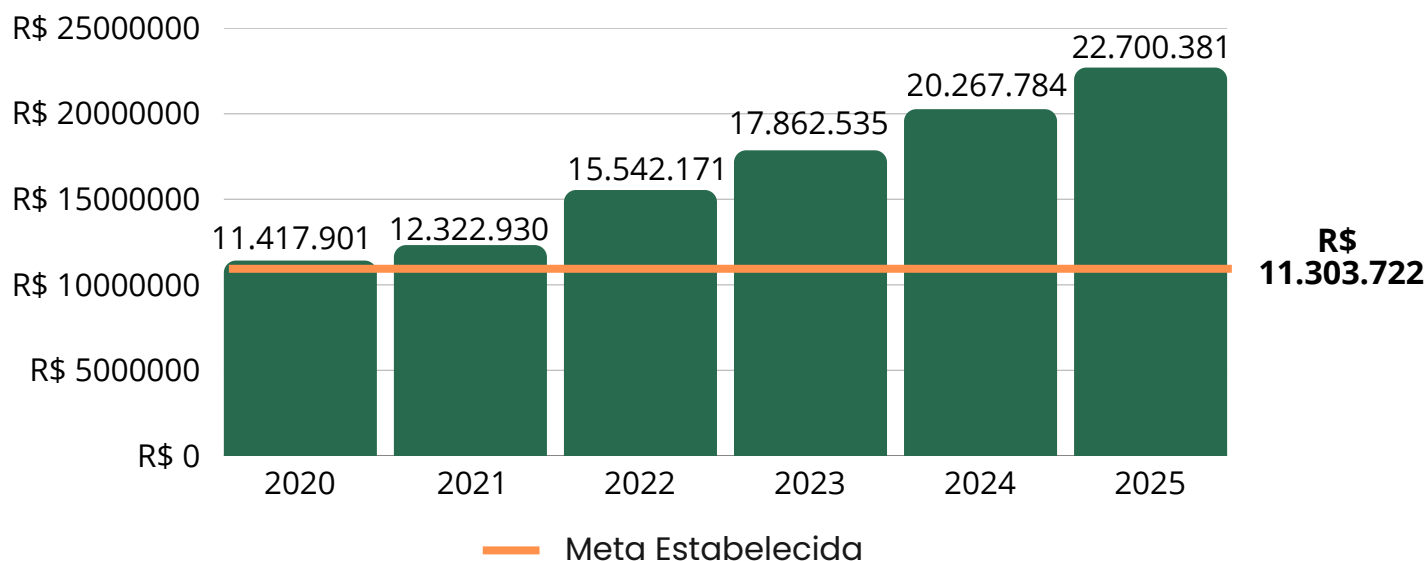
Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

Descrição	Mede a despesa realizada com o serviço de vigilância armada e desarmada
Fórmula de Cálculo	Total de despesa realizada com o serviço de vigilância armada e desarmada
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Anual

META: Reduzir as despesas com contratos de serviços de vigilância armada e desarmada em 1% até dezembro de 2026, tomando como base o ano de 2020

As despesas com serviços de vigilância registraram aumento nos últimos anos, em desacordo com a meta de redução de 1% até dezembro de 2026, tomando como base o ano de 2020, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Entre os fatores que podem ter influenciado essa elevação destacam-se os reajustes contratuais, os impactos inflacionários e o aumento da demanda por segurança. Para reverter essa tendência e atingir a meta estabelecida, recomenda-se que, em 2026, sejam revisados os contratos vigentes e analisada a adoção de soluções tecnológicas complementares, como sistemas de monitoramento por câmeras, sensores e controle de acesso, com o objetivo de otimizar custos, ampliar a eficiência operacional e reduzir a dependência exclusiva de vigilância presencial.



Meta não alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2025, foram desenvolvidas e mantidas em andamento as seguintes ações:

- Ampliação dos serviços de vigilância eletrônica;
- Capacitação dos agentes de segurança para a operação dos sistemas eletrônicos, fortalecendo a eficiência e a modernização das atividades de segurança institucional.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



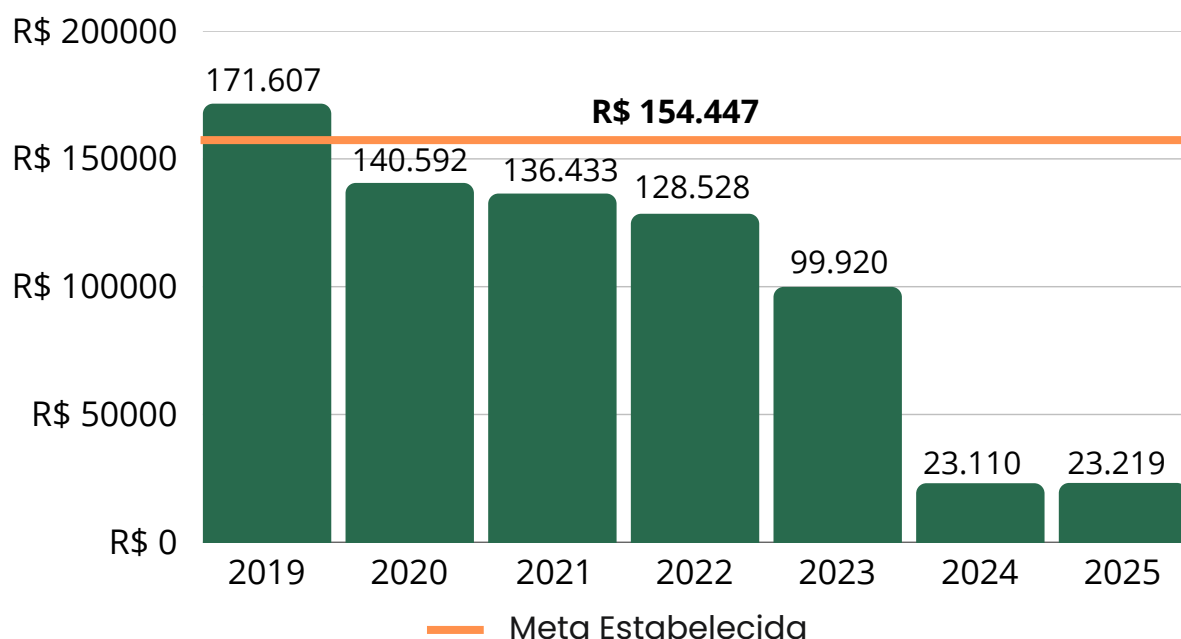
SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL

Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

Descrição	Despesa realizada com o pagamento de faturas de telefonia móvel
Fórmula de Cálculo	Despesa com os serviços de telefonia móvel
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Mensal
META: Reduzir o consumo de telefonia móvel em 5% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019	

As despesas com telefonia móvel apresentaram uma tendência contínua de redução nos últimos anos. Entre 2019 e 2025, os gastos diminuíram significativamente, passando de R\$ 171.607,84 para R\$ 23.219,47, conforme demonstra o gráfico abaixo. Essa queda foi especialmente expressiva em 2023, quando o Tribunal implementou ações estratégicas sem custo adicional, como a revisão de pacotes para opções mais econômicas e o incentivo ao uso de canais de comunicação mais eficientes, como *chat* e *WhatsApp*.

Essas medidas resultaram em economia financeira relevante e estão em consonância com a meta, que prevê reduzir em 5% o consumo de telefonia móvel até dezembro de 2026, tomando como base o ano de 2019. O resultado evidencia uma gestão proativa, eficiente e comprometida com a racionalização dos recursos.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

A ação implementada em 2024 e mantida em 2025, sem custos para o Regional, que contribuiu para os resultados alcançados, foi:

- Revisão dos contratos de telefonia, com o objetivo de identificar oportunidades de negociação e otimização dos serviços. 

Essa medida resultou na redução das despesas com telefonia, reforçando a eficiência operacional e o uso responsável do erário.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA

Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

Descrição	Despesa realizada com o pagamento de faturas de telefonia fixa
Fórmula de Cálculo	Valor apresentado nas faturas de telefonia fixa
Unidade Responsável	Coordenadoria de Execução Orçamentária
Periodicidade	Mensal

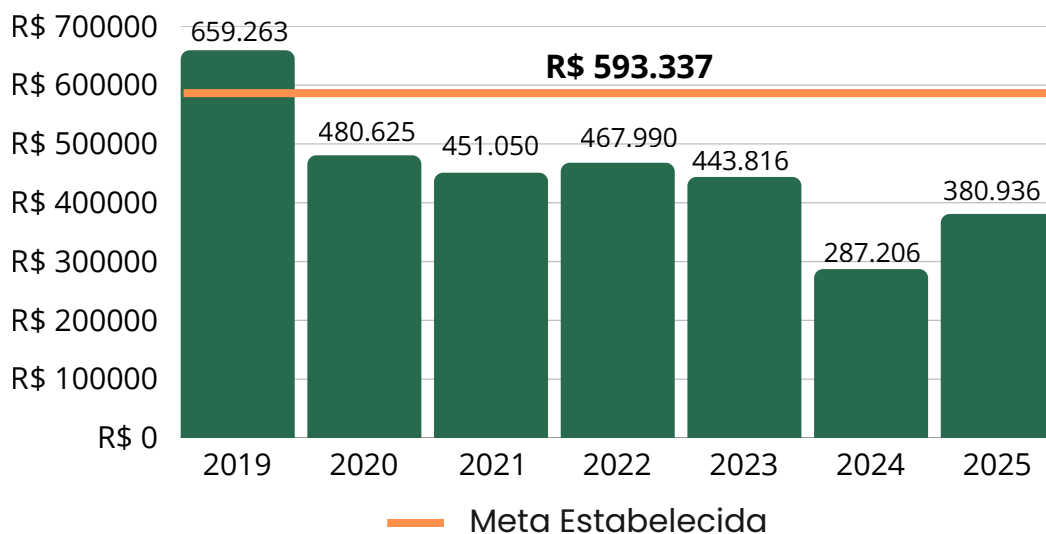
META: Reduzir o consumo de telefonia fixa em 10% até dezembro de 2026, tomando como marco comparativo o ano de 2019

A análise das despesas com telefonia fixa entre 2019 e 2025 evidencia uma tendência contínua de redução de custos. Em 2019, os gastos totalizaram R\$ 659.263,45, diminuindo para R\$ 380.936,21* em 2025. Essa economia permite ao Tribunal realocar recursos para áreas prioritárias, promovendo gestão mais eficiente e transparente.

Para a sociedade, os resultados refletem serviços judiciais mais ágeis, econômicos e de qualidade, fortalecendo a confiança na instituição.

*Dados atualizados até 10/02/2026.

Com base na meta do PLS, que prevê a redução de 10% no consumo de telefonia fixa até dezembro de 2026, tomando 2019 como referência, os resultados obtidos são bastante satisfatórios. O gráfico de gastos demonstra que, em 2025, a queda já ultrapassou a meta estabelecida, confirmando a eficiência das práticas de gestão adotadas.



Meta alcançada



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações realizadas em 2025, todas sem custo, que contribuíram para os resultados alcançados, foram:

- Proposição de limitação do número de linhas diretas disponibilizadas às unidades, mediante levantamento detalhado e análise da viabilidade dessa diminuição; 🔄
- Revisão dos contratos de telefonia, com o objetivo de identificar oportunidades de negociação e otimização dos custos. ✅



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada

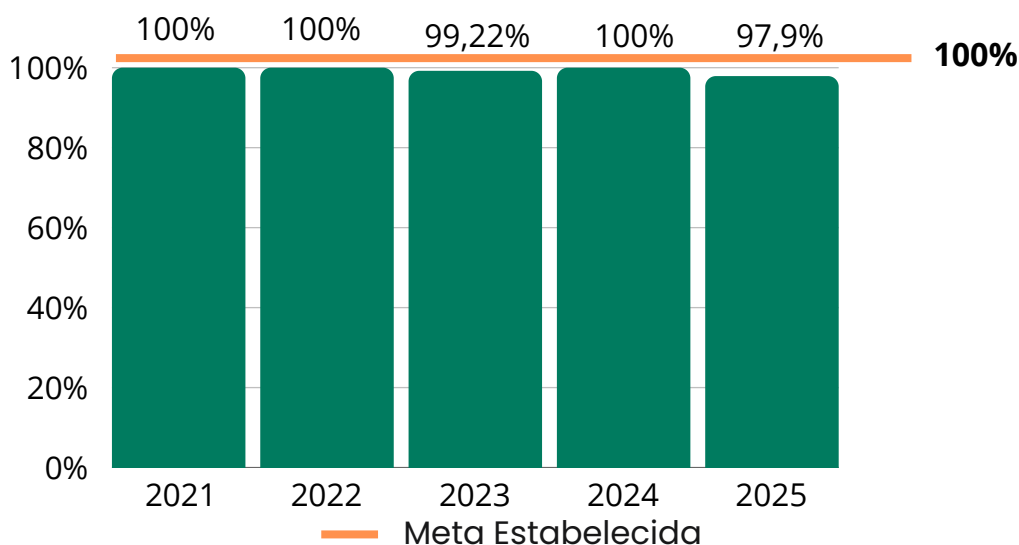


LICITAÇÕES

Eixo 10: Aquisições e Contratações Sustentáveis

Descrição	Mede o percentual de contratações de bens de acordo com o critério e prática de sustentabilidade em consonância com a Res. nº 310/2021 do CSJT
Fórmula de Cálculo	Total de contratações com critérios de sustentabilidade inseridos
Unidade Responsável	Coordenadoria de Licitações
Periodicidade	Anual
META: Manter os critérios de sustentabilidade em 100% dos contratos efetuados	

É fundamental manter um indicador que monitore o percentual de contratações de bens alinhadas a critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Resolução nº 310/2021 do CSJT. Instituído em 2021, esse indicador reforça o compromisso da Corte com a responsabilidade socioambiental e garante a aderência a padrões éticos e ambientais previstos na legislação. O gráfico a seguir apresenta o percentual de contratações que atendem aos critérios recomendados.



Meta não alcançada

Ao relacionar o indicador à meta de alcançar 100% de sustentabilidade nas contratações, verifica-se elevado grau de aderência institucional às diretrizes de compras públicas sustentáveis.

Em 2023, o percentual atingiu 99,22%, com leve redução decorrente de contratações específicas, especialmente de *softwares*, nas quais a inserção de parâmetros socioambientais apresenta limitações técnicas ou mercadológicas. O mapeamento dessas situações contribuiu para o aperfeiçoamento dos procedimentos internos.

Em 2024, a meta foi integralmente cumprida. Em 2025, 138 dos 141 contratos celebrados atenderam aos requisitos de sustentabilidade, alcançando 97,9%, o que evidencia desempenho consistente e maturidade institucional na consolidação da governança sustentável.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 2025, permanecem em vigor duas ações contínuas, implementadas em 2024, sem custos adicionais:

- **Manutenção das compras públicas sustentáveis**, com inserção de parâmetros de sustentabilidade nas contratações, conforme a Resolução nº 310/2021 do CSJT;
- **Atualização permanente do inventário de bens e materiais**, garantindo alinhamento às diretrizes institucionais de sustentabilidade.



Concluída



Em andamento



Não realizada



Não iniciada



PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

Eixo 11: Descarbonização

Em 2025, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região emitiu 832,96 tCO₂e (toneladas de CO₂ equivalente), evidenciando uma redução expressiva das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em comparação a 2024, quando foram registradas 1.473,90 tCO₂e. O inventário de emissões de 2025 revelou o seguinte panorama no Escopo 1, que abrange as emissões diretas provenientes de fontes controladas pela instituição:

- Combustão estacionária (geradores): as emissões mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 2,342 tCO₂e em 2024 para 2,316 tCO₂e em 2025.
- Combustão móvel (veículos oficiais): houve redução das emissões, que caíram de 158,375 tCO₂e em 2024 para 147,027 tCO₂e em 2025.
- Emissões fugitivas (sistemas de refrigeração): registrou-se a redução mais significativa, com queda de 718,976 tCO₂e em 2024 para 199,433 tCO₂e em 2025.

Essa redução significativa decorre, sobretudo, da implementação exitosa de ajustes no funcionamento dos sistemas de climatização da Sede Judicial (Proad nº 9617/2025). No período de 1º a 31 de julho de 2025, foi realizado, em caráter experimental, o desligamento programado do sistema de climatização a partir das 18 horas, medida que proporcionou economia de 3,7% no consumo de energia elétrica em relação a julho de 2024 e de 15% na comparação com julho de 2023. Os resultados evidenciaram impacto positivo tanto na racionalização das despesas com energia quanto no atendimento às diretrizes institucionais de sustentabilidade ambiental e eficiência na utilização do erário.

Diante da comprovada efetividade e do baixo impacto operacional, a política de desligamento programado do sistema de climatização consolidou-se como ação contínua no âmbito do Tribunal, reforçando o compromisso com o Programa Justiça Carbono Zero e com a trajetória permanente de redução das emissões de GEE.

Outras ações de redução de emissões foram adotadas no período, destacando-se a ampliação do uso de videoconferências e ferramentas digitais, reduzindo deslocamentos a trabalho; a modernização dos sistemas de climatização, com priorização de equipamentos com maior eficiência energética (selo Procel A); a adoção integral de iluminação em LED e a instalação de sensores de presença; além da realização de campanhas permanentes voltadas ao uso racional de papel, água e energia elétrica.

Em 2025, constatou-se diminuição das emissões de GEE no Escopo 2 em comparação a 2024, categoria que abrange as liberações indiretas vinculadas à aquisição de energia elétrica e/ou térmica comprada pela organização. Em 2024, o uso de eletricidade gerou 502,71 tCO₂e, enquanto, em 2025, esse montante caiu para 386,347 tCO₂e, evidenciando avanço na gestão do consumo energético. Destaca-se, ainda, que em 9 de fevereiro de 2026 foi publicada a Portaria GP nº 11/2026, que estabelece diretrizes para o uso racional de energia elétrica no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

A diminuição do consumo pode ser atribuída, ainda, à implementação de outras ações previstas no Plano de Descarbonização, com destaque para: substituição de aparelhos elétricos por modelos com certificação de eficiência energética; ajuste do período de expediente presencial para coincidir com maior incidência de luz solar; e redução do uso de equipamentos que geram calor desnecessário.

Adicionalmente, o Tribunal encontra-se em fase de conclusão do processo de migração para o Mercado Livre de Energia, medida que visa ampliar o uso de fontes renováveis e reduzir custos operacionais. Soma-se a isso a execução de projeto de ampliação

instalação de usinas fotovoltaicas, reforçando o compromisso institucional com a transição energética e a redução contínua das emissões.

No Escopo 3, que abrange todas as emissões que não são de propriedade e/ou controladas pela organização inventariante, foram contabilizadas as emissões decorrentes de viagens a negócios. Os resultados permaneceram praticamente estáveis nos dois últimos anos: em 2024, foram verificadas 90,7 tCO₂, enquanto em 2025 foram contabilizadas 97,84 tCO₂.

Apesar do pequeno aumento registrado, em 2025 foram adotadas ações previstas no Plano de Descarbonização, com destaque para a ampliação do percentual de servidoras(es) em teletrabalho e a priorização de reuniões e eventos telepresenciais, em substituição a deslocamentos e viagens.

No que se refere à compensação das emissões remanescentes, a Corte vem avaliando alternativas ambientalmente adequadas e tecnicamente viáveis, com vistas à neutralização progressiva de sua pegada de carbono, em alinhamento ao cronograma e às metas estabelecidas no Plano de Descarbonização e no PLS-Jud.

Dessa forma, o Tribunal reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, com a transparência na divulgação das informações ambientais e com o cumprimento das diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero, contribuindo ativamente para o enfrentamento das mudanças climáticas e para o alcance da neutralidade de carbono no âmbito do Poder Judiciário.





ANEXO

PLANO DE AÇÕES DO PLS – DETALHADO

Com o objetivo de ampliar a transparência e a qualidade das informações do Relatório de Desempenho do PLS, esta seção passa a incluir um anexo com todas as iniciativas detalhadas do Plano de Ação. O documento apresenta cada iniciativa acompanhada de seu detalhamento de implementação, áreas responsáveis, *status* de execução e cronograma. Essa medida busca facilitar o acompanhamento das ações e fortalecer a gestão sustentável no âmbito do Tribunal.

Para visualizar o documento, **clique aqui!**

The image shows the cover of a document titled "Plano de Ação Revisado (2024-2026)". At the top, it features the logo of "JUSTIÇA DO TRABALHO" and "Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas)". The main title is "Plano de Ação Revisado (2024-2026)" in large, bold, black letters. Below it, in smaller bold letters, is "Plano de Logística Sustentável TRT-15" and "Ato Regulamentar GP 10/2021". At the bottom, it lists "Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade" and "Assessoria de Gestão Estratégica". On the right side of the cover, there is a photograph of the building of the Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. The bottom right corner of the cover is a solid red color with the text "JANEIRO/2025" in white.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação do Relatório de Desempenho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região teve por finalidade proporcionar visão clara, estruturada e abrangente das práticas institucionais adotadas. O documento destina-se não apenas à prestação de contas das ações implementadas, mas também à demonstração de seus impactos nas dimensões ambiental e social, ao fortalecimento do engajamento dos públicos interno e externo, à identificação de oportunidades de aprimoramento contínuo e ao asseguramento do alinhamento às diretrizes e políticas institucionais.

Entre os principais resultados, destacam-se as reduções expressivas nos indicadores de “Consumo de Papel”, “Consumo de Copos” e “Consumo de Água Envasada”. Esses avanços demonstram o comprometimento e o engajamento do TRT-15 na adoção de práticas de consumo mais conscientes, contribuindo de forma efetiva para a diminuição dos impactos ambientais. Além disso, refletem a eficácia das ações de conscientização e sensibilização promovidas ao longo dos anos, que vêm consolidando uma mudança positiva na cultura organizacional e nos hábitos de consumo.

Destaca-se, ainda, o excelente desempenho na gestão de reformas e construções, com 100% dos contratos atendendo aos critérios de sustentabilidade estabelecidos. Esse resultado reforça o compromisso do Tribunal com a responsabilidade social e ambiental em suas atividades.

Além disso, a Corte demonstra não apenas eficiência operacional, mas também um forte engajamento com as pautas sociais, ambientais e de inclusão. Prova disso são as 57 ações voltadas à qualidade de vida, solidariedade e inclusão, as 104 iniciativas de sensibilização e capacitação contínua em sustentabilidade e as 14 ações dedicadas à equidade e diversidade, todas superando as metas previstas no PLS. Esses resultados evidenciam a consolidação de uma cultura organizacional comprometida, ética e alinhada aos valores institucionais.

Embora o relatório apresente resultados significativos em diversos indicadores, é igualmente importante reconhecer as áreas em que as metas não foram integralmente atingidas. Essa análise crítica é essencial para identificar oportunidades de aprimoramento, estimular a inovação e aperfeiçoar processos internos. Além disso, possibilita o planejamento de estratégias mais eficazes para os próximos ciclos, reforçando o compromisso do TRT-15 com a melhoria contínua e a aprendizagem institucional.





ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INTEGRIDADE



EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Iara Cristina Gomes
Helen da Silva Paes de Souza
Yury Sampaio Silva
Daniel Figueira Granato
Amanda de Mello Viali

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Amanda de Mello Viali

